

SOBRE A LÍNGUA DA ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA

Maria Elisa Ladeira
Coordenadora do Programa Educação
Centro de Trabalho Indigenista

Muito se tem discutido, ultimamente, sobre a questão da alfabetização bilíngüe em relação aos grupos indígenas brasileiros. É grande e numerosa a corrente de lingüistas, educadores, antropólogos e interessados em geral, que insistem que a alfabetização na língua indígena deve *preceder* a alfabetização em português. Nesta exposição, levantando algumas questões que visam provocar o debate, dirijo-me especialmente a eles.

Enumeremos os principais argumentos que norteiam esta colocação:

Justificativas “técnicas”

- * Que o índio não domina corretamente o português oral, e que se o índio não “fala bem” a língua na qual está sendo alfabetizado, a alfabetização será custosa, difícil, senão impossível.
- * Que qualquer indivíduo é alfabetizado uma vez, e que o ler e escrever numa língua envolve somente uma transposição do código aprendido. Portanto, se o índio “aprende mal” a primeira vez – porque não fala corretamente o português - estará sempre em dificuldade para aprender a ler e escrever em sua própria língua.

Justificativas “políticas”

- * A Alfabetização na língua indígena constitui um mecanismo significativo de reforço e coesão étnica, de valorização da cultura indígena.

* Todo grupo étnico tem o direito de ser alfabetizado em sua própria língua. A alfabetização na língua seria uma conquista em relação à alfabetização em português: na língua do “dominador branco”.

Quando repasso os argumentos apresentados, tenho sempre a impressão de que as questões estão fora de ordem. É mais o modo de tratar o problema da necessidade da alfabetização na língua indígena, do que a veracidade de seus argumentos, que se coloca como ponto principal da discussão. Sabemos que o modo pelo qual uma pergunta é proposta, limita e assenta os meios pelos quais qualquer resposta a ela possa ser dada. É a natureza de nossas indagações que determina o tratamento de qualquer questão. E qual seria a nossa indagação primeira? Questionamo-nos sobre qual o sentido e as conseqüências as escrita em sociedades orais, no caso das sociedades indígenas brasileiras. Sabemos, como antropólogos, que é ilusão pensar que a oralidade e a escrita sejam dois caminhos possíveis para se transmitir as mesmas mensagens. O *como*(forma) se transmite uma mensagem, já manifesta pela possibilidade mesma da transmissão, o *quê* dessa mensagem. Lembrando Alain Dubly: “La comunicación oral de la cultura tiene formas propias que dificilmente pueden traducir-se em los moldes modernos de la comunicación escrita”. (*América Indígena*, vol. 33, 1973.)

Mas qual a necessidade da alfabetização? A justificativa da alfabetização na língua indígena como um mecanismo significativo de reforço e coesão étnica, de valorização da cultura indígena, repousa nas afirmações do tipo. “é importante para o índio ver que sua língua vale tanto quanto a do branco” ou “a língua indígena escrita está mais próxima da estrutura do pensamento indígena, e assim é capaz de melhor reproduzir os mitos, a sua cultura”. Convém lembrar da inconveniência de se fixar como única versão possível do mito. O mito traduz as reflexões da sociedade sobre questões estruturais, e reflete, na valorização ou abandono de seus episódios, o momento e a situação vivida pela grupo. Fixá-lo através da escrita, acreditando estar “valorizando” a cultura indígena, indica, de modo muito claro, a visão etnocêntrica que se tem da escrita, como a melhor, senão única, maneira de se transmitir saber. É

acreditar que as culturas indígenas não tenham nenhuma outra capacidade de resistência e que, portanto, só poderão ser *preservadas* se fixadas numa escrita fonetizada, depositária do nosso saber, mas não do saber dos índios.

A alfabetização colocada como necessidade básica, nunca foi questionada, pois o prender a ler e escrever é condição de passagem do estado de barbárie ao da civilização. Tem sido, no decorrer da história, nossa tentativa mais camuflada de *pacificação*, a iniciativa para se “integrar o índio à vida nacional”, refrão que se seguiu ao de “civilizar o índio”. Mas, conscientes da ineficácia da alfabetização no português para os índios, que não os tem transformado em “cidadãos capazes, amando a Deus e servindo a Pátria”, tentamos não mais obrigá-los a ler e escrever na língua do dominador, mas dominadores, nos apropriamos através da escrita da sua própria língua. Acreditamos que através da redução da língua indígena à escrita, nos faremos melhor entender. A quantidade de textos bíblicos na língua indígena é mais o mais significativo exemplo. Dominadores, expropriamos do índio o domínio total de sua língua.

Mas qual a necessidade da alfabetização? Em geral os índios não pedem a alfabetização na própria língua, mas insistem na necessidade da alfabetização em português. Por que desconsiderar essas exigências e impor a alfabetização na língua indígena como condição de possibilidade para ler e escrever em português? Transformando aquilo que seria um *direito* das minorias étnicas (de serem alfabetizadas em sua próprias língua) em uma *imposição*? Afinal somos sempre nós, brancos, que “sabemos” o quê, como e quando vocês, índios, devem aprender. Continuamos, das maneiras mais diversas e sutis, sendo sempre os dominadores.

Acreditamos que, no momento, toda e qualquer alfabetização só pode encontrar sentido na posição intermediária das relações entre índios e brancos. Quando os índios exigem a alfabetização no português é justamente para fazer frente à situação do contato. Os índios sabem muito bem que para “dominar” o português precisam dominá-lo em sua totalidade: “a língua do cristão é uma língua que se fala e se escreve”. Nunca esquecemos a lição de sabedoria de um velho índio Krahô quando, em 1975, tentávamos alfabetizar os Krahô primeira em sua língua materna apesar de seus insistentes protestos e recusas: Pra quê?

Pra que *ensinar* na língua? “*Na língua nós já sabemos*”. Me vi no absurdo de estar ensinando para os Krahô a sua própria língua. Afinal somos nós, brancos, que “sabemos”, pois o saber é a garantia de nossa pretensa superioridade.

“Os índios *não sabem falar* corretamente o português...” afirmações deste tipo não consideram que o português falado pelos índios, aprendido no decorrer do contato, é aquele que basta para seu relacionamento com a sociedade dominante. Não é perfeitamente dispensável, senão ridículo, querer ensinar os índios a falar o português da maneira como os “brancos da cidade” consideram correto? Pelo contrário, é necessário considerar esta estrutura do português do contato, ou seja, recolher e identificar previamente as formas do português falado pelos índios na elaboração de qualquer material para alfabetização.

Para nós, a alfabetização não é uma questão técnica, mas fundamentalmente política. Não se deve impor – sob qualquer justificativa ou finalidade – um programa de alfabetização seja no português ou seja na língua indígena. Se os índios sentem a necessidade de dominar o português (falado ou escrito), o que fazemos é dar a eles o instrumento para esta apropriação, desfazendo a magia da palavra escrita.

A alfabetização que propomos centra-se na possibilidade de uma escola “semi-analfabeta” – negação da Escola detentora do saber letrado, redentor – onde o aprender a ler e a escrever não origina um “saber maior” e nem contribui o “desenvolvimento do índio”. Esta escola é um simples sinônimo do lugar onde os índios, na medida de seus interesses e necessidades, podem aprender a ler e escrever, apropria-se da língua do branco. Ela dispensa a presença de “professores brancos”. Ela dispensa o português ilustrado dos brancos da cidade, e o saber acumulado nas bibliotecas. E, sobretudo, nessa escola os índios não precisam aprender seus próprios mitos, cantos e ritos através da leitura, sob a alegação mistificadora, de que assim procedendo, ela seria realmente uma “escola indígena”. Pois acreditamos que, enquanto os índios tiverem o pleno domínio de sua língua, enquanto ela for um sistema vivo e operante, não verão nenhuma razão para a alfabetização em sua língua materna.

“La alfabetización pone los ojos y los oídos al servicio principal de la boca que lee y de la mano que escribe. Venga pronto una acu

ltuiración total y verdadera, que lleve a cantar y a reír, a expresarse por los ademanes y todo el cuerpo, a dibujar y a jugar, a inventar y a celebrar. Nuestra pobre alfabetización, bisneta de Gutenberg, perderá entonces su tosco orgullo letrado, y se sentará, calladamente, en el útil pero modesto escritorio de la cultura” (Alain Dubly, *op. cit.*).